

Constituintes entregam 1.761 emendas ao projeto da Carta



O deputado peemedebista Heráclito Fortes (PI) entrega à Secretaria Geral do Congresso constituinte a sua emenda que convoca eleições gerais em 1989

Da Sucursal de Brasília

Até as 22h05 de ontem haviam sido apresentadas 1.761 emendas ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. O prazo para a apresentação das emendas deveria ter sido encerrado às 19h, mas a pedido do Centrão, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, o prorrogou para até as 24h. O Centrão só pretendia entregar suas emendas às 23h59.



Emendas prevendo eleições gerais foram comuns, como a do deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), estabelecendo eleições em todos os níveis de 120 a 180 dias da data da promulgação da Constituição e de Heráclito Fortes (PMDB-PI), que marca a data do pleito para 7 de setembro de 1989. A emenda de Heráclito possibilita a reeleição do presidente da República e dos governadores.

Outro tema explorado foi o plebiscito. Cunha Bueno (PDS-SP) quer um plebiscito em 7 de setembro de 1982

para os eleitores decidirem se o país deve ser uma República presidencialista, uma República parlamentarista ou uma monarquia parlamentarista. Cunha Bueno insiste com essa emenda desde o início dos trabalhos do Congresso constituinte; o senador Carlos Chiarelli propôs plebiscito para o referendo à Constituição.

Privatização

O deputado Juthay Júnior (PMDB-BA) quer que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faça um censo em todos os municípios até 31 de julho para apressar a reforma tributária; o deputado José Carlos Coutinho (PL-RJ) propôs a privatização de todas as empresas estatais, com exceção da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Embratel e Banco do Brasil.

O deputado João de Deus (PDT-RS), que juntamente com Feres Nader (PDT-RJ) foi afastado do partido pela liderança, por ter votado com o Centrão, quer que a lei limite o número de dissoluções do casamento. Já o senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) propôs passar 25% dos bens dos condenados por homicídio doloso aos herdeiros e dependentes da vítima.

As principais propostas

CENTRÃO

Direitos dos trabalhadores — Indenização progressiva de um mês de salário por ano trabalhado; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); seguro-desemprego; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais; hora extra acrescida de 50%; licença à gestante, com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego ou do salário.

Questão sindical — Vedado ao poder público intervenção na entidade sindical; abre a possibilidade de surgimento de mais de um sindicato por categoria profissional, mas apenas um deles será reconhecido nas questões trabalhistas; servidores públicos não podem se sindicalizar; mantida a contribuição sindical obrigatória.

Câmara dos Deputados — Mandato dos deputados será de quatro anos, salvo dissolução da Câmara, hipótese em que, com a posse dos deputados após as eleições extraordinárias, será iniciado um novo período quadriênio; o número mínimo de deputados será oito e o máximo 60; aprovar, por maioria absoluta, a moção de censura ao gabinete do governo.

Empresa nacional — Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração; a empresa brasileira de capital nacional poderá gozar de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas.

Sistema de governo — As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda antes de decorridos cinco anos; nessa mesma data o presidente da República nomeará o primeiro-ministro; é criada a Comissão de Transição para a adaptação do sistema de governo.

"GRUPO DOS 32"

Direitos dos trabalhadores — Estabilidade remetida para a legislação ordinária; seguro-desemprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); duração do trabalho normal não superior a oito horas e carga semanal não superior a 44 horas; horas extras 50% superiores às normais.

Questão sindical — E livre a associação profissional ou sindical; vedada ao poder público intervenção na entidade sindical; proibida a constituição de mais de um sindicato por categoria na mesma base; sindicato participará obrigatoriamente das negociações coletivas de trabalho.

Formação do governo — O governo é exercido pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros; após consulta aos partidos políticos, compete ao presidente da República nomear o primeiro-ministro e, por indicação deste, os demais integrantes do Conselho de Ministros; a Câmara dos Deputados poderá rejeitar o nome do primeiro-ministro por duas vezes; na terceira ela o indica.

Estado de Defesa — Quando for necessário preservar, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave instabilidade institucional, o presidente da República poderá, ouvido o Conselho da República e o

Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa.

Transição para o novo governo — As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor 45 dias após a promulgação da Constituição e não serão passíveis de emendas antes de decorridos cinco anos; no mesmo dia, o presidente da República nomeará o primeiro-ministro; será criada Comissão de Transição para a mudança no sistema de governo.

PFL

Meio ambiente — Defesa do meio ambiente contra o Estado "predador ou omissivo". O substitutivo da Comissão de Sistematização já prevê que todos têm direito ao equilíbrio ecológico do meio ambiente, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo.

Consumidor — Garantia jurídica do direito de ação do consumidor ou suas entidades contra abusos, inclusive do Estado.

Pluralidade sindical — A exemplo do PT, o PFL também defende o livre direito de organização da classe trabalhadora, sem intervenção do Estado na definição do número de sindicatos e na forma de organização.

Incentivo à pequena e microempresa — As pequenas e microempresas nacionais serão privilegiadas na disputa do mercado consumidor composto das entidades do poder público. Seus produtos têm preferência sobre aqueles produzidos pelas grandes empresas nas compras do governo.

Saúde — O PFL é contra a posição aprovada pela Comissão de Sistematização de que o setor privado não deve receber repasse de verbas públicas para prestação complementar de serviços de saúde. Optou por uma fórmula que garante também o repasse de verbas para o setor privado de saúde. A proposta dá preferência para o repasse de verbas às organizações comunitárias.

PDT

Presidencialismo — O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) é o autor da principal emenda do partido. No início da noite, a emenda que mantém o sistema presidencialista de governo no país, alterando a proposta parlamentarista aprovada na Comissão de Sistematização, já tinha 325 assinaturas. Em torno dela, se uniram PDT, PT e constituintes de outros partidos. O presidente do PFL, Marco Maciel (PFL-PE) e o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) deram o seu apoio.

Jornada de trabalho — O partido insiste na jornada de 40 horas, apesar de a proposta ter sido rejeitada pela Comissão de Sistematização, que aprovou 44 horas de trabalho por semana.

Conselho de Comunicação — O PDT quer ressuscitar também o Conselho de Comunicação, órgão que seria vinculado ao Congresso Nacional e composto paritariamente por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, para decidir sobre as concessões de rádio e televisão. Hoje, o ministro das Comunicações e o presidente da República decidem sobre as concessões.

Ensino gratuito — A exemplo do que fez no Rio de Janeiro, o PDT quer instalar em todo o país os centros educacionais com horário integral e refeição — os Cieps — para todos os estudantes até o 1º grau. Tudo custeado pelo Estado.

Empresa nacional — Manutenção da fórmula aprovada pela Comissão de Sistematização: seria considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno.

PT

Aborto — E livre a opção por ter ou não ter filhos, incluindo o direito de interrupção da gravidez até 90 dias, com garantia de acesso aos métodos anticoncepcionais e à assistência médica por intermédio da rede de saúde pública. Emenda de autoria do vice-líder José Genoíno (SP), legaliza o aborto.

Relações diplomáticas — O

Brasil não manterá relações diplomáticas e nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial; o Brasil fundamenta suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos e da igualdade dos Estados. Emenda de Benedita da Silva (RJ).

Anistia — Concede anistia plena a todos os cassados por atos políticos de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituição; devolve as patentes aos militares, como se tivessem sido promovidos; todos recuperam seus direitos e vantagens, não prevalecendo quaisquer alegações de prescrição, decadência ou renúncia de direito. Emenda de João Paulo Vasconcelos (MG).

Partidos políticos — E livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardada a soberania nacional, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana; proibido o recebimento de recursos financeiros de governos estrangeiros ou subordinação a estes. Emenda de Paulo Delgado (MG).

Cartórios — Os serviços notariais e registrais são de competência do

Poder Público, que os pode exercer diretamente ou por delegação; o ingresso na atividade notarial e cartorial dependerá, obrigatoriamente, de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga por mais de seis meses. Emenda de Irma Passoni (SP).

LIDERANÇA DO PMDB

Estabilidade — A liderança do PMDB no Congresso constituinte mantém a posição que defendeu durante a votação do último projeto da Comissão de Sistematização, onde foi vencida. Prefere a fórmula prevista no projeto Cabral 1, que estabelece no primeiro artigo do capítulo dos Direitos Sociais como direito do trabalhador "o contrato de trabalho, protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei".

Mandato presidencial — A liderança do PMDB defende o prazo de quatro anos para o mandato tanto do atual como dos futuros presidentes da República. O texto aprovado na Sistematização prevê cinco anos para os futuros presidentes e quatro anos para o presidente Sarney.

Ações trabalhistas — Hoje a lei dá dois anos de prazo para os trabalhadores entrarem na Justiça para reclamar seus direitos, contados a partir de seu desligamento da empresa. A proposta da liderança do PMDB prevê cinco anos de prazo para a reclamação, a partir da lesão do direito.

"Trem da alegria" — No capítulo das Disposições Transitórias, o PMDB não pretende deixar passar o chamado "trem da alegria". O artigo 47 diz que "são estáveis os atuais servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios que, à data da promulgação da Constituição, contem pelo menos cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público". A emenda suprime esse artigo.

Hora extra — O pagamento de horas extras ficou na base de 100% no projeto da Comissão de Sistematização. O PMDB concorda que isto pode ser muito em alguns casos. Por isso, optou por estabelecer um pagamento "mínimo" de 50% da hora normal no caso de serviço extraordinário, o que abre a possibilidade de fixação de valores superiores, de acordo com cada caso.